

O fomento à articulação entre extensão e pós-graduação na UFMG: inserção social e formação acadêmica

Promoting integration between extension and postgraduate studies at UFMG: social engagement and academic development

Natália Fraga Carvalhais Oliveira

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, MG, Brasil

nfc@ufmg.br

<https://orcid.org/0000-0002-4956-6780>

Viviane Elisângela Gomes

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, MG, Brasil

vivianegomes@ufmg.br

<https://orcid.org/0000-0001-9637-1911>

Vanessa Avelar Cappelle Fonseca

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, MG, Brasil

vanessacappelle@reitoria.ufmg.br

<https://orcid.org/0000-0001-8067-1370>

RESUMO: O artigo analisa a experiência da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais com o Edital FORMEX PG, iniciativa pioneira de fomento à integração entre extensão e pós-graduação, implementada em 2020. A partir de pesquisa qualitativa com base em revisão bibliográfica, análise documental e de conteúdo, o estudo examina os impactos dessa política institucional na formação acadêmica de estudantes, na produção de conhecimento e na inserção social dos programas de pós-graduação. A análise revela a contribuição significativa do edital para a consolidação da extensão como dimensão formativa da pós-graduação, destacando sua articulação com políticas públicas em áreas como saúde, educação e direitos humanos. O trabalho também evidencia o potencial formativo das ações extensionistas ao promoverem a integração entre graduação e pós-graduação, interdisciplinaridade e vínculo com demandas sociais concretas. Além disso, são apresentados dados quantitativos sobre adesão, abrangência temática, parcerias institucionais e produção acadêmica gerada. Os resultados apontam que o FORMEX PG é uma estratégia eficaz para fortalecer o compromisso social da universidade pública, contribuindo para uma formação cidadã, crítica e comprometida com a transformação social. O artigo conclui pela importância da continuidade e ampliação dessa política, bem como pela replicação de experiências similares em outras instituições de ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão Universitária, Pós-graduação, Inserção social.

ABSTRACT: This article examines the experience of the Pró-Reitoria de Extensão at UFMG with the FORMEX PG Call, launched in 2020 to promote integration between extension and postgraduate education. Based on qualitative research supported by bibliographic review and document and content analysis, the study investigates the policy's impact on academic training, knowledge production, and the social engagement of postgraduate programs. Results highlight the initiative's contribution to consolidating extension as a formative axis in postgraduate studies, particularly through its alignment with public policies in health, education, and human rights. The analysis also underscores how extension activities foster interdisciplinary collaboration and connection between undergraduate and postgraduate students, while addressing real societal needs. Quantitative data illustrate the program's growing participation, thematic diversity, institutional partnerships, and range of academic outputs. Overall, the FORMEX PG Call emerges as an effective strategy to strengthen the social commitment of public universities, contributing to civic, critical education that is committed to social transformation. The article concludes by emphasizing the need to maintain and expand such policies and encourages the adoption of similar initiatives by other higher education institutions.

KEYWORDS: University Extension, Postgraduate Studies, Social Engagement.

Introdução

A extensão universitária foi estabelecida, por meio da Resolução n.07/2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE), como parte integrante da matriz curricular dos cursos de graduação, devendo compor 10% da carga horária desses cursos, mediante a previsão e registro nos respectivos projetos pedagógicos. Nesse documento foram instituídas as diretrizes que “definem os princípios, os fundamentos e os procedimentos que devem ser observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação das instituições de educação superior de todos os sistemas de ensino do país” (Brasil, 2018, art 1º). Ao regulamentar a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (2014-2024), essa normativa se constituiu em um marco histórico da extensão no Brasil e avanço na concretização do princípio constitucional da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Para além dos cursos de graduação, o parágrafo único do Artigo 2º da Resolução n.07/2018 estipulou que “as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira também podem ser direcionadas aos cursos superiores de pós-graduação, conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição de educação superior”. Essa previsão decorre da inclusão do critério relativo à “inserção social” na avaliação de programas e cursos de pós-graduação *stricto sensu* pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tal aspecto foi apresentado como uma das justificativas de regulamentação da

extensão pelo CNE, no sentido de favorecer a valorização da “atividade institucional de extensão que apresente, em algum aspecto, impacto social, tecnológico, econômico, educacional e cultural” (Mec, Parecer CNE/CES, n.608/2018, p.12).

Em resposta a essa previsão, o Ministério da Educação (MEC) lançou, em 2023, o Programa de Extensão Universitária da Pós-Graduação (PROEXT-PG). O Programa integra a CAPES e a Secretaria de Educação Superior (SESu), conforme estabelecido na Portaria Conjunta CAPES/SESU Nº 1, de 8 de novembro de 2023. Em consonância com o tema da inserção social, os objetivos da iniciativa induzem o desenvolvimento de ações de extensão no âmbito da pós-graduação direcionadas ao fortalecimento da formação dos estudantes e à promoção de políticas públicas socialmente relevantes, como destacado na sequência:

Objetivo geral: Contribuir para o fortalecimento das atividades de extensão no âmbito da pós-graduação, por meio de atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão realizadas em diálogo com diversos setores da sociedade, com vistas a **subsidiar os gestores públicos na elaboração das políticas públicas que sejam socialmente relevantes**, interdisciplinares e que contribuam para o desenvolvimento sustentável, a cidadania, a justiça, o fortalecimento da democracia, a participação social, a qualidade de vida e a redução de assimetrias no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

Objetivos Específicos: I – fomentar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, **com foco nas políticas públicas**, visando **fortalecer a formação acadêmico-científica dos estudantes de pós-graduação** com vistas a ampliar seu impacto na sociedade. II – contribuir para a **iniciação à extensão de estudantes de graduação** e para a **formação de pesquisadores, por meio de estágios de pós-doutoramento** vinculados a ações de extensão no âmbito da pós-graduação stricto sensu. (Capes/SESu, Portaria Conjunta n.01/2023, grifos nossos)¹

Algumas instituições se anteciparam a essa iniciativa governamental, fomentando a articulação da pós-graduação com a extensão. De acordo com as informações extraídas do Censo da Extensão Universitária realizado pelo Fórum

1 Conforme a Planilha de Concessão do PROEXT-PG, por meio do Programa foram distribuídos cerca de R\$64 milhões em recursos de custeio e serviços para 202 instituições de educação superior (IES) de todo o Brasil. Disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programas-estrategicos/desenvolvimento-regional/programa-de-extensao-da-educacao-superior-na-pos-graduacao-proext-pg/programa-de-extensao-da-educacao-superior-da-pos-graduacao-proext-pg>. Adicionado a esses recursos, o Edital Conjunto n.03/2024 concedeu 191 bolsas de iniciação à extensão na graduação e 120 de pós-doutorado para as propostas aprovadas no Programa. Disponível em https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/editais/Edital_2424201_SEI_2423666_Edital_Conjunto_3_2024.pdf.

de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) – ano base 2022 – das 69 universidades federais respondentes, 60,3% afirmaram que os programas de pós-graduação incentivam a participação de estudantes de mestrado e doutorado em atividades de extensão. Dentre as formas de incentivo,² destacam-se a “participação em editais internos e externos” e o desenvolvimento de “programas de extensão entre graduação e pós-graduação”, praticados por 21 universidades.

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) é uma das instituições que vem implementando, desde 2020, uma iniciativa de Fomento à Formação em Extensão Universitária no âmbito da pós-graduação (Edital FORMEX PG), com vistas à articulação da pós-graduação e graduação em ações de extensão. Neste trabalho objetiva-se analisar essa experiência, desenvolvida pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UFMG, com foco na discussão da promoção da articulação entre a extensão e a pós-graduação. Buscou-se ainda, mapear as possibilidades de inserção social promovida pelo Edital, a partir da identificação das políticas públicas às quais as ações de extensão contempladas no edital se vinculam.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PÓS-GRADUAÇÃO: INSERÇÃO SOCIAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA

No âmbito das políticas voltadas à pós-graduação, a articulação com a extensão universitária tem se apresentado como uma demanda mais recente. No entanto, desde os anos de 1990, a Política Nacional de Extensão Universitária (PNExt), pautada pelo FORPROEX, reivindica a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão como uma de suas diretrizes básicas. Nela se compreende a extensão como dimensão acadêmica da universidade, e, portanto, espaço de formação e produção de conhecimentos por meio do diálogo interdisciplinar e com os outros saberes da sociedade e de ações que buscam contribuir com o impacto e a transformação social (Forproex, 2012).

2 A mais frequente seria a realização de “pesquisas comprometidas com a extensão” (31), seguida da “valorização da extensão na inserção social” (26), da “participação em editais internos e externos” juntamente com o desenvolvimento de “programas de extensão entre graduação e pós-graduação (21 cada) e, por fim, do “oferecimento de cursos pelos anos de pós-graduação para a comunidade externa” (18). No entanto, 71,3% dos programas dessas instituições ainda não contabilizam horas de extensão para os estudantes que participam das atividades de extensão. Para mais informações a respeito do Censo da Extensão Universitária (2022), acessar <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/censo-da-extensao-universitaria>.

Embora esse entendimento da extensão tenha ganhado força com a Resolução n.07/2018 do CNE, ressalta-se que o tema não se constitui em consenso, isto em decorrência das disputas em torno da função social da universidade, travadas historicamente. Vale lembrar, conforme Oliveira *et al* (2021), que a vertente extensionista popular voltada à democratização do conhecimento e da própria universidade e de sua aproximação com os interesses populares, forjada no período de efervescência cultural e política no início da década de 1960 no Brasil, foi interrompida pelo golpe empresarial-militar de 1964. No contexto da “reforma universitária consentida”³ de 1968, a extensão foi ressignificada e passou a ter uma conotação predominantemente assistencialista.

Esse quadro veio a se alterar posteriormente na década de 1980, no processo de redemocratização do País, do debate a respeito do papel da universidade pública e da promulgação da Constituição Federal de 1988 que consagrou a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão no Art.207. Destaca-se, nessa conjuntura, a criação do FORPROEX, em 1987, que passou a atuar de maneira decisiva na construção de uma política de extensão como prática acadêmica indissociável do ensino e da pesquisa e que viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.⁴

Essa perspectiva se tornou central para o processo de institucionalização da extensão nas IES públicas e na definição de políticas de fomento da área, essa última, indutora de ações de extensão vinculadas às políticas públicas.⁵ Sob a égide da chamada Constituição Cidadã, a atuação junto às políticas públicas, comprometidas com os direitos sociais, é compreendida pelo Fórum como oportunidade de atuação das universidades na busca de soluções para os grandes problemas sociais que atingem o País (Forproex, 2001; Nogueira, 2005). A articulação com as políticas públicas se dá por meio das oito áreas temáticas da PNExt,⁶ que abarcam, segundo Paula (2013, p.21), questões cruciais da atualidade capazes de “motivar

3 Conforme (FERNANDES, 2020). Refere-se à apropriação, ressignificação e implementação de reformas pelo governo empresarial-militar, conforme os interesses conservadores da ditadura, das bandeiras de luta pela reforma universitária em curso na década de 1960, reivindicada pelo movimento estudantil e intelectuais brasileiros.

4 Diversos estudos reconhecem o papel central deste Fórum na defesa e constituição da extensão como dimensão acadêmica da universidade. Para conhecer melhor a constituição do FORPROEX, ver Nogueira (1999), bem como sua atuação mais recente, ver (Diniz, 2012; Leonídio, 2017; Pimentel, 2015).

5 A principal fonte de recursos públicos do MEC para a extensão universitária – o Programa de Extensão Universitária do Ministério da Educação (Proext/MEC) – vigorou entre os anos de 2003 e 2015 e fomentou, conforme analisado por Diniz (2012), o desenvolvimento de programas e projetos de extensão vinculados às políticas públicas priorizadas pelo governo federal.

6 Saúde, Educação, Meio Ambiente, Direitos Humanos e Justiça, Comunicação, Tecnologia e Produção, Cultura e Trabalho.

a inteligência da universidade” para o enfrentamento de problemáticas diversas afirmando os “compromissos éticos e sociais da universidade”.

Apesar desse direcionamento, as instituições ainda convivem com acepções e práticas tradicionais e reducionistas de extensão de cunho assistencialista, de transmissão unilateral de conhecimento e de difusão cultural. Ações de extensão de caráter pontual, isolada ou voltadas aos interesses mercadológicos também se fazem presentes no cotidiano das universidades. Dessa maneira, a aproximação da pós-graduação com a extensão, a partir da perspectiva da inserção social de seus programas, pode contribuir, por um lado, para o desenvolvimento de ações de extensão mais orgânicas e consistentes, e por outro, potencializar a produção do conhecimento socialmente referenciado.

De acordo com a PNEx, os programas e projetos são caracterizados como ações extensionistas de maior complexidade e duração. Os programas articulam um conjunto de projetos e outras ações, promovendo impacto social significativo e alinhamento estratégico com as diretrizes extensionistas. Já os projetos são ações processuais e contínuas, com objetivos bem definidos e direcionados a demandas específicas da sociedade, diferenciando-se de atividades de caráter mais pontual como eventos, cursos e prestações de serviço (Forproex, 2012). Considera-se assim, que a priorização desses dois tipos de ações de extensão pelos programas de pós-graduação pode propiciar maior densidade e regularidade a essa vinculação requerida pelo tema da inserção social.

A inserção social na pós-graduação foi incluída, como critério de avaliação da CAPES, na avaliação Trienal de 2004-2006. Conforme Carvalho, Stampa e Santana (2020), cada área de conhecimento teria autonomia para definir seus próprios critérios mediante os exemplos de impacto tecnológico/econômico, educacional, cultural e propriamente social sugeridos pela agência de fomento. A partir da análise do documento publicado, na ocasião, pelo então Diretor de Avaliação da CAPES – Renato Janine, Boufleuer (2009, p.374) afirma que o seu conteúdo “sugere que a inserção social da pós-graduação tenha a ver com a dimensão da extensão da universidade”. Mas não aquela do tipo pulverizada, mas a extensão

[...] de impacto, planejada, eficaz na consecução de objetivos que transformem a sociedade [...] Uma extensão não apenas no sentido de um “levar” o conhecimento ou a técnica, mas também, e especialmente, como disposição de aprender com a ação realizada sob a forma de retroalimentação da pesquisa e do ensino.

Para o autor, a “tematização da inserção social pode ser vista como uma reação por parte da política pública” a uma certa “postura asséptica da pós-graduação em relação à sociedade, induzida, talvez, pelo próprio processo de avaliação”, centrado na produtividade da pesquisa e na competitividade entre os programas (Boufleuer, 2009, p.377). Essa lógica de avaliação orienta os programas de pós-graduação, desde a sua constituição, sustentada em bases heterônomas.

É forçoso lembrar, ainda que de maneira breve, que a estruturação da pós-graduação no Brasil ocorreu no contexto da referida “reforma universitária consentida” pelo regime empresarial-militar. Se por um lado a expansão e o avanço da pesquisa nas universidades brasileiras se deram nesse período, por outro, as linhas de investigação foram definidas pelos órgãos de fomento, consoante as demandas desse regime, com assessoria e financiamento norte-americano. Em síntese, a constituição da estrutura de produção do conhecimento nas universidades brasileiras se deu de maneira heterônoma, pois não se pautou pelas problemáticas sociais prementes do País, mas sim, associada e limitada às demandas definidas externamente (Leher, 2018; Leher; Silva, 2014).

E, sob essa base constitutiva, foi erigida uma estrutura de avaliação, como apontado anteriormente, de viés produtivista e competitivo, exacerbado, sobretudo, na virada do século XX, com a internacionalização da pós-graduação. Como destaca a literatura, a corrida ou a “obsessão” pela excelência acadêmica conforme os padrões internacionais e pela distinção conferida pelos *rankings* globais, ambos definidos pelos países centrais, vem afastando as instituições universitárias de sua pertinência social. Tudo isso resulta em consequências para a/o: produção do conhecimento, trabalho docente, valores e referências da universidade e da cultura acadêmica, distanciando-os do padrão de qualidade ancorado na indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão e na autonomia universitária (Dias Sobrinho, 2002; Leher, Santos, 2023; Maués, Mota Júnior, 2011; Sguissardi, Silva Jr., 2009; Thiengo, Bianchetti, De Mari, 2018).

Desse modo, concorda-se com Boufleuer (2009, p.379) que “a proposição do quesito inserção social constitui uma necessária contrapartida à desejada inserção internacional da pós-graduação”. Isso significa que o saber desenvolvido na pós-graduação, além de ser qualificado segundo os padrões de excelência definidos internacionalmente, deve “estar sempre articulado com as necessidades sociais [...]”. Esse aspecto se coaduna com o atual Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG), que segundo Silveira e Ferreira (2024, p.7-8), têm enfatizado a

“necessidade de uma estreita articulação da pós-graduação com temas e desafios sociais de interesse coletivo”.

Portanto, a busca pela excelência na produção do conhecimento e a formação acadêmica dos estudantes na pós-graduação não podem prescindir de práticas que evidenciem o compromisso social da universidade com o seu entorno e que retroalimentem o ensino e a pesquisa, tais como as ações extensionistas, pois conforme sintetizam Oliveira *et al* (2021).

No caso das universidades brasileiras, dado o lugar dependente do Brasil no sistema capitalista mundial, a busca pela excelência acadêmica, [...], pode aprofundar a heteronomia cultural ao afastar ainda mais a produção científica dos problemas históricos e contemporâneos que afligem a grande maioria da população. Nesse sentido, as políticas de extensão universitária que se aproximam dos ideais de Córdoba são fundamentais como um dos espaços de disputa no interior das instituições de modo a garantir que os dilemas dos povos persistam no horizonte da ciência brasileira. As várias ações de extensão desenvolvidas nas diversas áreas temáticas junto à população real, de maneira interdisciplinar e em diálogo com outros saberes, são potentes para a identificação de novos temas de pesquisa e para possibilitar a formação dos estudantes em uma perspectiva cidadã e comprometida com a transformação social em sentido público e democrático (p.460-461).

Assim como o ensino e a pesquisa, a extensão universitária se constitui em dimensão essencial para a formação de estudantes de pós-graduação. A esse respeito, diversos estudos apontam o potencial pedagógico da integração da extensão com o ensino, tanto na graduação (Cappelle, *et al.*, 2017; Deus, 2020; Oliveira, 2024), quanto na pós-graduação (Moita, Andrade, 2009; Silveira, Ferreira, 2024). Os autores indicam em comum a oportunidade de mudanças ou renovação nos processos de ensino-aprendizagem, uma vez que a articulação com a extensão propicia novas relações, espaços, lugares de aprendizagem e articulação teórico-prática para professores e estudantes junto à realidade concreta.

Destaca-se, a partir de Silveira e Ferreira (2024, p.18-19) que essas mudanças desdobram-se em diversas contribuições para a formação do estudante, tais como: a “promoção da cidadania”, por meio do estímulo à participação e “engajamento com questões sociais complexas”, ao envolver os estudantes com os problemas reais da sociedade com vistas a contribuir para as mudanças almejadas; a visão ampliada e contextualizada sobre a realidade e sua relação com a área de estudo; a valorização de saberes tradicionais e locais integrando-os ao conhecimento acadêmico; a capacidade de trabalho em grupo e equipes multidisciplinares;

o desenvolvimento da consciência de classe e compromisso dos estudantes ao sensibilizá-los para as questões sociais, culturais e ambientais, etc. Em síntese, concordamos com as autoras que

A integração da extensão na educação superior não apenas enriquece a experiência acadêmica, mas também desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos e cidadãs conscientes, responsáveis e engajados, prontos para enfrentar os desafios da sociedade e contribuir para seu aprimoramento. Sendo assim, oportuniza o desenvolvimento de habilidades e competências que não seriam possíveis fora dessa rede tecida pela interdisciplinaridade, pelo compartilhamento e pela interação entre sujeitos e realidades diversas (Silveira, Ferreira, 2024, p.19).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho foi desenvolvido por meio de estudo qualitativo, conforme Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999). Ancorada em revisão bibliográfica e na discussão realizada na sessão anterior, a metodologia fundamentou-se em pesquisa documental. A opção pelo uso de documentos se deu uma vez que eles “podem ser muito úteis para a compreensão de um processo em curso ou para a reconstituição de uma situação passada” (Alves-Mazzotti; Gewandsznajder, 1999, p.169). Esse entendimento orientou a investigação do processo atual de articulação da extensão na pós-graduação, em geral e no âmbito da UFMG.

No que tange especificamente ao Edital FORMEX-PG, para a análise da promoção da articulação da extensão com a pós-graduação na Universidade, bem como da inserção social das ações contempladas pelo edital, considerando as políticas públicas às quais elas se vinculam, as informações levantadas foram organizadas a partir da análise de conteúdo, de acordo com Bardin (2000). Para a autora, a categorização, ou método das categorias, é uma “espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivas da mensagem” e serve para “introduzir uma ordem, segundo critérios, na desordem aparente”. A organização e discussão dos resultados do trabalho foram organizadas em duas categorias principais, que emergiram da análise documental: “Formação em Extensão na Pós-Graduação (FORMEX-PG): trajetória e abrangência na UFMG” e “Inserção Social vinculada às Políticas públicas, formação e produção acadêmica”.

Em síntese, como será detalhado na sequência, para o desenvolvimento do trabalho foram desenvolvidas as seguintes etapas:

1. Leitura e análise de editais e normativas institucionais – Para compreender a estrutura e os critérios que orientam os processos seletivos e de financiamento das atividades de extensão articuladas à pós-graduação, foram examinadas todas as edições do Edital FORMEX, FORMEX PG e demais normativas da UFMG.

2. Organização e sistematização dos dados – Os dados referentes às propostas submetidas e contempladas pelo Edital foram extraídos do Sistema de Fomento da PROEX e dos arquivos da Diretoria de Fomento e Avaliação da Extensão. A organização das informações permitiu traçar um panorama da participação da comunidade acadêmica e abrangência na Universidade.

3. Análise de conteúdo das propostas contempladas no Edital FORMEX PG – Para a submissão de propostas ao Edital, os proponentes devem apresentar o registro do programa ou projeto de extensão atualizado no Sistema de Informação da Extensão (SIEX) da UFMG, os quais foram analisados a partir das categorias definidas no presente trabalho:

a. Ações que declararam “vínculo com políticas públicas” – Para identificar a articulação das ações de extensão com as políticas públicas vigentes, levantamos inicialmente no registro do SIEX, aquelas que declararam possuir ou não vínculo com as políticas públicas. Posteriormente, para aquelas que declararam possuir vínculo, a análise concentrou-se na apresentação, justificativa e objetivos das propostas, buscando compreender a inserção social da pós-graduação por meio da extensão universitária em contextos de interesse social e governamental.

b. Avaliação da “integração entre extensão e pós-graduação” – Com base na análise da descrição da metodologia da ação de extensão e do plano de atividades, de acompanhamento e avaliação dos(as) estudantes envolvidos nas atividades de extensão, conforme descritos no SIEX, buscou-se identificar como ocorre a interação entre estudantes de graduação e pós-graduação. Além disso, analisou-se o potencial de integração entre ensino, pesquisa e extensão, bem como as contribuições dessa experiência para a formação dos estudantes.

c. Análise dos “produtos acadêmicos” gerados – Para avaliar os resultados das iniciativas fomentadas, foram considerados os registros disponíveis no

SIEX até um ano após a contemplação no Edital FORMEX PG. Essa análise permitiu conhecer a abrangência e diversidade dos produtos resultantes dos programas e projetos contemplados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Formação em Extensão na Pós-Graduação (FORMEX-PG): trajetória e abrangência na UFMG

O Edital de Formação em Extensão (FORMEX) foi instituído em 2016 como uma iniciativa para fortalecer a integração entre as atividades acadêmicas curriculares de graduação e as atividades de extensão universitária da UFMG. Essa iniciativa alinhou-se à estratégia 12.7 da meta 12 do PNE 2014-2024, que prevê que, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares necessários para a graduação sejam cumpridos por meio de programas e projetos de extensão universitária, com foco prioritário em áreas de relevância social.

O FORMEX foi concebido com base no conceito de Formação em Extensão, um “mecanismo para a integralização de créditos em cursos de graduação, mediante a participação de estudantes em atividades optativas integrantes de programas ou projetos de extensão universitária”, estabelecido inicialmente pela Resolução nº 12/2015 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFMG. Ainda com caráter optativo, a principal finalidade desse mecanismo era induzir a integralização de créditos curriculares por meio da participação dos estudantes em atividades de extensão indissociáveis do ensino.

Para fomentar essa integração, a PROEX e a Pró-Reitoria de Graduação estabeleceram uma parceria para destinar recursos orçamentários ao pagamento de bolsas de extensão para estudantes de graduação e à aquisição de materiais de custeio, por meio de um edital conjunto gerenciado pela PROEX. Desde a sua criação, o FORMEX teve três edições, realizadas nos anos de 2016, 2017 e 2018. A edição de 2019 não foi realizada em razão das incertezas orçamentárias enfrentadas pelas universidades federais naquele período.

Posteriormente, esse marco regulatório foi atualizado pela Resolução nº10/2019, desse mesmo Conselho, para adequar-se à Resolução nº07/2018 do CNE e às Normas Gerais de Graduação (Resolução Complementar CEPE nº01/2018). A partir dessa nova resolução, a Formação em Extensão passou a ser entendida como “um conjunto de atividades acadêmicas curriculares que

permitem a integralização de carga horária nos percursos curriculares dos cursos de graduação por meio da participação de estudantes em atividades de extensão universitária” (Ufmg, 2019). Com isso, foram ampliadas as modalidades de atividades extensionistas passíveis de integralização de créditos, que antes se restringiam a programas e projetos, passando a incluir também eventos, cursos e prestações de serviços.

Nesse contexto, considerando que a formação em extensão se tornou obrigatória na graduação, em 2020, o escopo do edital FORMEX foi alterado e voltou-se à indução desse processo para a pós-graduação, ampliando as oportunidades de participação e fortalecimento das ações extensionistas nesse nível de ensino. Desde então, essa iniciativa de fomento foi reconfigurada no Edital FORMEX PG, uma parceria entre a PROEX e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, focada no apoio a iniciativas de Formação em Extensão Universitária nos colegiados de cursos de pós-graduação da UFMG. Vale mencionar que esta primeira edição priorizou atividades voltadas ao enfrentamento da pandemia de Covid-19, reafirmando o compromisso da universidade com as demandas sociais emergentes.

A partir do referido ano, o objetivo deste Edital consistiu em estimular a participação integrada de estudantes de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado) em programas e projetos de extensão, contribuindo para sua formação acadêmica, o desenvolvimento do pensamento crítico e uma atuação profissional e cidadã alinhada à função social da educação superior. Para atingir esse objetivo, cada colegiado de pós-graduação pôde indicar até duas propostas de programas ou projetos de extensão para concorrer ao Edital.⁷ Além disso, os colegiados dos cursos de pós-graduação assumiram a responsabilidade de definir critérios para a integralização dos créditos acadêmicos a partir da participação nas atividades de extensão.

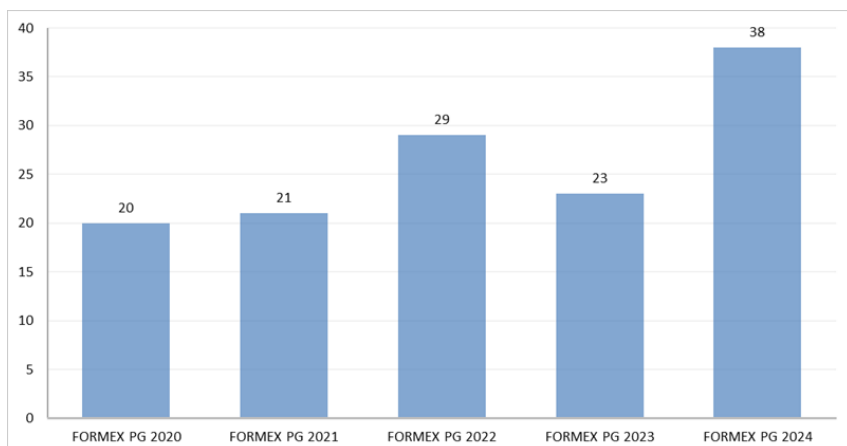
Ao longo dos anos de 2020 a 2024, a parceria entre as Pró-reitorias de Extensão e de Pós-Graduação foi mantida e o Edital FORMEX PG vem se consolidando como uma política institucional relevante para a integração entre graduação e pós-graduação no âmbito das atividades de extensão. Essa política de fomento foi implementada em consonância com o PDI UFMG 2019-2023, que estabeleceu entre

7 As iniciativas aprovadas receberam uma bolsa de graduação no valor de R\$ 550,00 e uma complementação de bolsa para pós-graduandos(as), no valor de R\$ 500,00 mensais. Em 2024, o valor da bolsa para estudantes de graduação foi reajustado para R\$ 700,00. Os(as) graduandos(as) beneficiados deveriam comprovar classificação socioeconômica nos níveis de assistência estudantil definidos pela Universidade ou ter ingressado na UFMG pelo sistema de cotas. Já entre os(as) pós-graduandos(as), tiveram preferência aqueles(as) que ingressaram por meio de ações afirmativas. Para mais informações a respeito do Edital FORMEX-PG, ver <https://www.ufmg.br/proex/formex/>.

os seus objetivos “aprimorar o processo de aproximação à Pós-Graduação com vistas a ampliar o número de estudantes de Pós-Graduação vinculados a ações de extensão” (Ufmg, 2018, p.117). Ressalta-se, ainda, que essa política se encontra em fase de consolidação, uma vez que o PDI UFMG 2024–2029 propõe, entre os seus objetivos específicos, “implementar a formação em extensão universitária nos currículos dos cursos de pós-graduação, ampliando a inserção social dos programas” (Ufmg, 2024, p.190). Nesse contexto, os resultados a seguir evidenciam o impacto e a evolução dessa iniciativa, destacando suas contribuições para a formação acadêmica e ampliação das ações extensionistas.

No que tange à abrangência, o Edital FORMEX PG registrou, em média, a participação de 29,0% dos Programas de Pós-Graduação (PPG) da UFMG.⁸ O Gráfico 1 mostra um crescimento na adesão dos PPG entre 2020 e 2022. Embora tenha ocorrido uma queda no ano seguinte, a participação alcançou seu maior patamar na edição de 2024, com a adesão de 38 PPG.

Gráfico 1 – Evolução da participação dos Programas de Pós-Graduação no Edital FORMEX PG (2020-2024)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sistema de Fomento de Bolsas da UFMG.

O número total de submissões cresceu ao longo dos anos, passando de 42 em 2020 para 69 em 2024, totalizando 242 propostas no período (Tabela 1). Por sua vez, a taxa de aprovação de propostas variou ao longo das edições. O maior índice foi registrado em 2022, com 93,2%, evidenciando uma alta taxa de sucesso

8 A UFMG mantém 79 programas de pós-graduação acadêmicos e 11 mestrados profissionais, totalizando 90 PPG.

dos(as) participantes naquele ano. Em 2024, embora tenha havido um aumento no número absoluto de propostas aprovadas, a taxa de aprovação foi de 78,3%. Nos demais anos, as taxas oscilaram entre 60,9% (2023) e 63,4% (2021), com o menor índice observado em 2020 (61,9%). Esses dados sugerem que, embora os PPG da UFMG venham respondendo de maneira satisfatória ao FORMEX, o edital não tem conseguido atender a toda demanda apresentada.

Tabela 1 - Distribuição das submissões e Classificações no Edital FORMEX PG (2020-2024)

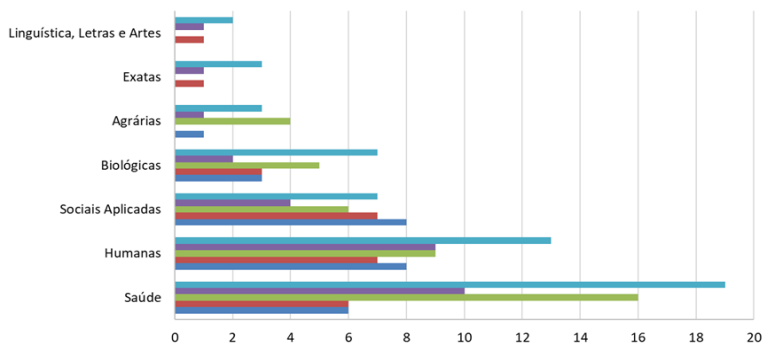
| Status | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | Total |
|----------------------------|------|------|------|------|------|-------|
| Propostas contempladas | 26 | 26 | 41 | 28 | 54 | 175 |
| Propostas não contempladas | 16 | 15 | 3 | 18 | 15 | 67 |
| Total de submissões | 42 | 41 | 44 | 46 | 69 | 242 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sistema de Fomento de Bolsas da UFMG.

Conforme apresentado no Gráfico 2, as 175⁹ propostas apoiadas pelo Edital FORMEX PG abrangem as diversas áreas do conhecimento, com destaque para crescente presença das Ciências da Saúde e das Ciências Humanas ao longo dos anos. Esse perfil é consonante tanto com as áreas dos cursos da UFMG quanto com a distribuição das atividades de extensão por área temática. Em uma análise que abrangeu os anos de 2017 a 2019, por exemplo, 30,0% das atividades de extensão da Universidade pertenciam à área da Saúde (Proex, 2022).

9 As 175 propostas apoiadas no Edital FORMEX PG no período de 2020 a 2024 correspondem ao total de 116 ações de extensão distintas, dentre elas 96 projetos, 17 programas e 03 cursos.

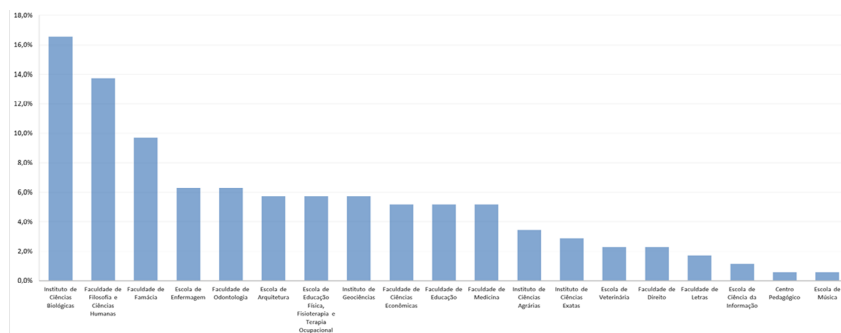
Gráfico 2 – Distribuição de propostas contempladas no Edital FORMEX PG (2020-2024) por Área do Conhecimento



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sistema de Fomento de Bolsas da UFMG.

De maneira similar à distribuição por área do conhecimento, os dados do Edital FORMEX PG revelam um maior percentual de propostas contempladas nas unidades que abrigam cursos das áreas de saúde, humanas e biológicas (Gráfico 3). Destacam-se, entre elas, o Instituto de Ciências Biológicas (16,6%) e a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (13,7%). No entanto, um dado importante é a ausência de submissões dos programas de pós-graduação da Escola de Belas Artes e da Escola de Engenharia em todas as edições do edital. Isso aponta para uma lacuna significativa na participação dos PPG dessas unidades acadêmicas, que poderiam ter contribuído com propostas alinhadas às suas áreas de atuação e também para o tipo de ação de extensão ao qual essas unidades vêm se dedicando – como cursos de extensão pontuais ou prestação de serviços, respectivamente – modalidades não abrangidas pelo Edital.

Gráfico 3 – Percentual da distribuição de propostas contempladas no Edital FORMEX PG (2020-2024) por Unidades da UFMG



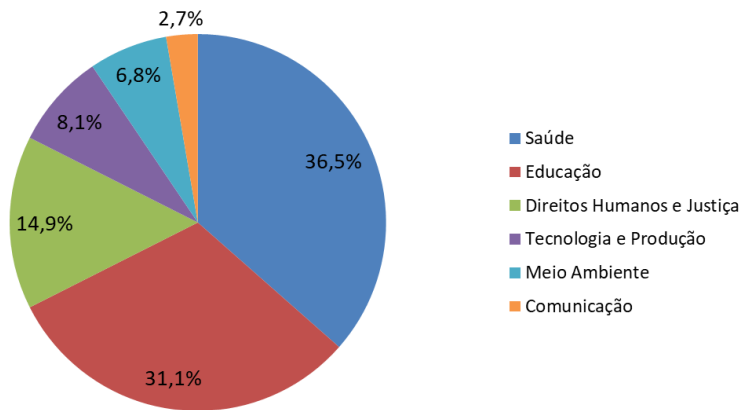
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sistema de Fomento de Bolsas da UFMG.

Inserção Social vinculada às Políticas públicas, formação e produção acadêmica

De 2020 a 2024, o Edital FORMEX PG contemplou 116 ações de extensão distintas. Destas, 62,9% declararam vínculo com políticas públicas, evidenciando a relevância da articulação entre a universidade e a sociedade. Esse percentual demonstra um compromisso significativo com a promoção de ações que dialogam diretamente com diretrizes governamentais, contribuindo para o fortalecimento de políticas nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, direitos humanos, dentre outras. Embora 37,1% das ações não tenham declarado esse vínculo, é importante considerar que algumas dessas iniciativas podem, ainda que indiretamente, contribuir para a implementação ou o aprimoramento de políticas públicas, seja por meio da produção de conhecimento, da mobilização social ou do atendimento a demandas da comunidade.

As atividades de extensão que declararam vínculo com políticas públicas no Edital FORMEX PG se distribuíram entre as diferentes áreas da extensão, com destaque para Saúde (36,5%) e Educação (31,1%), evidenciando a forte articulação com políticas públicas voltadas para esses setores (Gráfico 5). Direitos Humanos e Justiça representaram 14,9% das propostas, seguidos por Tecnologia e Produção (8,1%), Meio Ambiente (6,8%) e Comunicação (2,7%). Esses dados demonstram a diversidade das iniciativas e sua relevância para diferentes campos de atuação pública. Observa-se, também, que não houve propostas aprovadas nas áreas de Cultura e Trabalho.

Gráfico 4 – Distribuição das atividades contempladas pelo Edital FORMEX PG por área temática



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sistema de Fomento de Bolsas da UFMG

Com base na análise do registro do SIEX das propostas aprovadas no Edital FORMEX PG que indicaram vínculo com políticas públicas foram identificadas as possibilidades de inserção social dos programas de pós-graduação dessas propostas. Para tanto, foram levantados dados sobre políticas públicas ou ações de interesse público descritas nos registros das ações de extensão, bem como os parceiros estabelecidos no seu desenvolvimento, ambos organizados por área temática, conforme disposto no Quadro 1.

Quadro 1 – Políticas Públicas e parceiros das ações de extensão – Edital FORMEX PG

| Área Temática | Políticas Públicas/ação de interesse público | Exemplos de parceiros |
|---------------|---|---|
| Saúde | Ações de promoção à saúde e difusão de conhecimento sobre a epilepsia no contexto do Programa de Saúde na Escola (PSE); Promover cuidado em saúde articulado aos preceitos da Política Nacional de Humanização aos trabalhadores de serviços de saúde atuantes no enfrentamento da Covid-19; Desenvolvimento de estratégias que visam a orientação e a disseminação de informação entre médicos, farmacêuticos e cidadãos direcionados aos municípios e pacientes que recebem medicamentos de farmácias | Poder Público Federal (Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Ministério da Saúde). Poder Público Estadual (Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – FHEMIG, Secretaria Estadual de Saúde) |

| Área Temática | Políticas Públicas/ação de interesse público | Exemplos de parceiros |
|-----------------|--|---|
| Saúde | <p>municipais do SUS/Farmácia de Minas Estadual; Ações integradas de combate à desnutrição alinhada à Política Nacional de Alimentação e Saúde e ao Programa Nacional de Suplementação de Ferro; Articulação de esforços da universidade, rede de serviços (gestores e trabalhadores do SUS) e movimentos sociais para aprimoramento do cuidado em saúde voltado à atenção primária, saúde coletiva e medicina preventiva e social; Ações de educação popular em saúde em ocupações urbanas voltada à promoção de saúde e direitos dos usuários na comunidade e orientação das políticas públicas; Ações de capacitação, qualificação ou educação permanente em saúde para profissionais de saúde do SUS (trabalhadores e gestores apoiadores institucionais, dos centros de saúde e Centro de Referência em Saúde Mental, farmacêuticos da atenção primária à saúde; fonoaudiólogos, dentistas etc); Intervenção em saúde pública para a conscientização sobre a importância do parto normal e redução nos índices alarmantes de cesarianas; Oferta de assistência fisioterapia e acompanhamento sistemático à saúde dos indivíduos acometidos por AVC usuários do SUS associada a qualificação de profissionais.</p> | <p>Poder Público</p> <p>Municipal (prefeituras municipais diversas, Secretarias Municipais de Educação e Saúde, Unidades Básicas de Saúde)</p> <p>Outros: Hospitais públicos (Odilon Behrens, João XXIII, das Clínicas, Sofia Feldman, Risoleta Neves etc), IES públicas, ONGs, Colgate Brasil, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, associações e federações.</p> |
| Educação | <p>Formação inicial e/ou continuada para aprimoramento ou capacitação profissional de professores da educação básica, incluindo aqueles em contexto de privação de liberdade (temas: legado Paulo Freire, ensino de língua inglesa, leitura, letramento e transtornos de aprendizagem, Base Nacional Comum Curricular, implementação do novo currículo do ensino médio, educação em ciências etc); Produção de material didático para Educação Básica (EJA como direito humano; material adaptado para práticas inclusivas para alunos com deficiência auditiva); Desenvolvimento de estratégias pedagógicas no ensino de ciências nas escolas de educação básica; Implementação de recursos educacionais nos espaços escolares da rede estadual de ensino; Intervenção com jovens de 13 a</p> | <p>Poder Público Estadual (Secretaria Estadual de Educação/MG, escolas estaduais, Tribunal de Justiça/MG, Companhia de Habitação/MG)</p> <p>Poder Público Municipal (Secretaria Municipal de Educação, Centro de Referência da Juventude, prefeituras municipais, escolas municipais, Conselho Municipal de Cultura, Superintendência Regional de Saúde)</p> |

| Área Temática | Políticas Públicas/ação de interesse público | Exemplos de parceiros |
|---------------------------------|---|--|
| Educação | 17 anos das escolas públicas em risco eminente de evasão, abandono ou já excluídos; Ações voltadas ao resgate e valorização dos saberes tradicionais e uso de plantas medicinais na educação infantil; Ações de capacitação profissional, Educação permanente em Saúde e divulgação de conhecimento para trabalhadores de saúde (COVID-19 e Odontologia em Saúde Pública); Assessoria direta e elaboração de produtos para o aprimoramento e inovação da gestão desenvolvida em órgãos públicos governamentais e não-governamentais. | Outros: Sindicato, IES públicas, escolas particulares, movimentos sociais, associações, cooperativas, ONGs, agências de fomento à pesquisa |
| Direitos Humanos (DH) e Justiça | Fortalecimento de ações de cuidado e atenção em direitos humanos junto à população em situação de rua nas cinco regiões do país em colaboração com os diversos atores envolvidos na elaboração de Planos de Ações e/ou Contingências Emergenciais Intersectoriais específicos para o enfrentamento da COVID-19; Mapeamento de povos e comunidades tradicionais nas mesorregiões do Jequitinhonha, Norte e Noroeste de Minas e Vale do Mucuri para a promoção de direitos individuais e coletivos e subsidiar a proposição e implementação de políticas públicas; Ações de enfrentamento das violações de direitos visando contribuir para o acesso à Justiça para população vulnerável; Ações de acompanhamento e de formação em serviço de atores locais envolvidos na reconstrução da Escola Estadual Indígena Xukurank; Assessoria jurídica às lideranças comunitárias e os movimentos sociais com vistas a defesa de direitos e participação na elaboração, fiscalização e implementação de políticas públicas; Ações que favoreçam o acesso à educação superior para pessoas deslocadas forçadas em situação de refúgio, residentes portadores de visto humanitário e apátridas; Ações voltadas à remição da pena de mulheres privadas de liberdade; Fortalecimento das políticas públicas destinadas a presos, egressos, amigos e familiares por meio da construção de redes de apoio/espços de articulação da sociedade civil e que agregam diversas entidades e políticas públicas. | Poder Público Federal (Ministério da Saúde, Ministério da Educação). Poder Público Estadual (Defensoria Pública, Promotorias de Justiça, Ministério Público, FHEMIG, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria de Segurança Pública, Tribunal Regional do Trabalho). Poder Público Municipal (prefeituras municipais, Centros de Referência LGBT, de Assistência Social e da Juventude). Outros: Movimentos sociais, pastorais (da rua, da terra, carcerária), ONGs, sindicatos, hospitais, IES públicas e privadas, Instituições de Longa Permanência de idosos, ONU, agências de fomento à pesquisa. |

| Área Temática | Políticas Públicas/ação de interesse público | Exemplos de parceiros |
|------------------------------|---|---|
| Tecnologia e produção | Desenvolvimento de atividades experimentais baseadas em tecnologias em escolas públicas em regiões com indicadores educacionais mais baixos; Aprimoramento e capacitação de produtores e técnicos em práticas de produção de bovinos e ovinos e caprinos do sertão do Norte mineiro; Fortalecimento das práticas populares e de auto-organização de agricultores/as urbanos e agroecológicas/os; Construção de políticas públicas junto a moradores de territórios populares que visem a efetivação de sociedades pacíficas, inclusivas e o desenvolvimento sustentável; Produção de espaços comunitários de saberes, cultura e bem viver e formação de professores junto ao povo Yanomami. | Poder Público Federal (Ministério da Educação, FUNAI). Poder Público Municipal (Prefeituras Municipais, Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional). Outros: INCTs; agências de fomento à pesquisa; associações; movimentos sociais, redes de articulação metropolitana |
| Meio Ambiente | Preservação ambiental (ações/tecnologias de combate a incêndios e controle de espécies invasoras em parques; produção de material didático/práticas pedagógicas na educação básica voltados à preservação de recursos hídricos/bacias hidrográficas urbanas; ações para o fortalecimento da sustentabilidade e a economia circular junto a catadores de materiais recicláveis), Promoção da ampliação da qualidade do ambiente urbano e desenvolvimento de soluções de problemas junto às prefeituras/comunidades vulneráveis ante as mudanças climáticas; Promoção dos direitos das crianças à cidade. | Poder Público Estadual (Instituto Estadual de Florestas). Poder Público Municipal (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte) Outros: Escolas públicas estaduais ou municipais, ONGs, associações |
| Comunicação | Ações de enfrentamento às desigualdades/invisibilidade de gênero no esporte junto às mídias esportivas hegemônicas, construção de método coletivo de assessoria técnica para lidar com comunidades frágeis e empoderá-las para a produção do próprio espaço e enfrentamento de processos de gentrificação. | Outros: ONGs, universidades públicas, agências de fomento à pesquisa (CNPq, FAPEMIG), comunidades |

Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema de Informação da Extensão/UFGM.

Em consonância com a discussão proposta neste trabalho, a análise das informações revela que as políticas públicas ou ações de interesse público abrangem diversas questões ou focos importantes de atuação da UFGM junto às demandas prementes da sociedade na atualidade. A atuação junto à Política Nacional de

Alimentação da Saúde, a capacitação de profissionais de saúde ou da educação, a produção de materiais didáticos, ações diversas de promoção dos direitos humanos ou contra a sua violação, ações de preservação ambiental ou de assessoria técnica na área de produção ou comunicação apontam para a relevância e múltiplas possibilidades de inserção social dos programas de pós-graduação por meio das ações de extensão. Em síntese, demonstram, como apontado por Paula (2013), o compromisso ético e social da universidade com o enfrentamento de problemáticas diversas por meio da articulação da extensão com a pós-graduação, colocando o conhecimento científico a serviço dos interesses sociais diversos.

A investigação explícita também a pertinência da inserção social em tela, ao se considerar as parcerias estabelecidas, caracterizadas por diferentes níveis de articulação entre o poder público, acadêmico e outros setores da sociedade. As áreas de saúde, educação e direitos humanos e justiça se destacam pelo forte envolvimento das três esferas governamentais, além de parcerias com instituições de ensino e pesquisa. No campo dos direitos humanos e da justiça, nota-se um esforço significativo na promoção da inclusão social e na garantia de direitos, contando com o suporte de entidades governamentais, movimentos sociais e organizações especializadas.

Por outro lado, as áreas de tecnologia e produção e meio ambiente apresentam uma menor diversificação de parcerias, o que pode limitar o alcance e a aplicabilidade das ações nessas frentes. A comunicação, embora presente, possui baixa representatividade no conjunto de propostas analisadas, dificultando uma caracterização mais detalhada dessa área. No entanto, as parcerias já estabelecidas apontam para a capacidade de inserção social das ações de extensão nessas áreas.

Apesar desses limites, os resultados evidenciam a diversidade e a relevância das parcerias estabelecidas. Demonstram que, embora algumas áreas contem com redes mais consolidadas e abrangentes, há oportunidades para expandir colaborações e fortalecer a integração entre diferentes setores. Nessa direção, essas parcerias podem ampliar o impacto e o alcance das ações de extensão e a inserção social dos programas de pós-graduação junto às ações de interesse coletivo, aspecto enfatizado pelo atual PNPG, como salientado por Silveira e Ferreira (2024).

Articulação da extensão com a pós-graduação

Como tratado até aqui, são diversas as possibilidades de inserção social da universidade. Se por um lado elas evidenciam o compromisso dessa instituição junto às demandas da sociedade, por outro, elas se configuram em um cenário propício à

formação dos estudantes e produção de conhecimento. Nesse sentido, apreendemos também as diversas contribuições para a formação de estudantes de graduação e pós-graduação, destacando o potencial da integração entre ensino, pesquisa e extensão. Os excertos dos itens 1 a 5, apresentados na sequência, correspondem a trechos do registro da atividade de extensão no Sistema de Informação da Extensão (SIEEX) e foram mantidos entre aspas por se tratarem de transcrições literais, dentre os quais mencionamos as principais contribuições a seguir.

1. Impactos na formação acadêmica-profissional: a participação em atividades de extensão proporciona aos estudantes uma formação sólida, com fundamentação científica e desenvolvimento de diversas competências. Além disso, contribui para uma formação ética, técnica e política, permitindo que os estudantes se aproximem da realidade social e dos problemas enfrentados pelas comunidades.

Contribuir para um maior envolvimento dos graduandos em Letras e pós-graduandos em Estudos Linguísticos com a extensão e com a realidade educacional fora dos muros da universidade.

Os estudantes (pesquisadores-extensionistas) participarão de todas as etapas de desenvolvimento das ações de extensão, articuladas com a pesquisa social aplicada e o ensino. Esse envolvimento ativo, aliado à estratégia de se lançar mão de metodologias que coloquem o público alvo como protagonista e também participante ativo, com certeza, irá contribuir para um processo de formação ética, técnica e política dos alunos e demais membros da equipe.

A participação de alunos de graduação e de pós-graduação em atividades de Extensão proporciona aos mesmos uma formação acadêmica-profissional robusta e ampla, com forte fundamentação científica e desenvolvimento de uma grande variedade de competências.

2. Trabalho colaborativo entre estudantes de graduação e pós-graduação: com frequência, estudantes de pós-graduação orientam o trabalho de graduandos(as) sob a supervisão docente. Diversos(as) coordenadores(as) também indicam o envolvimento de ambos(as) bolsistas no desenvolvimento de todas as etapas da atividade extensionista.

Promover a integração da extensão com o ensino da graduação e pós-gradua-

ção pela construção e execução colaborativa das ações do programa. São definidos grupos de trabalho com liderança de um bolsista de graduação e supervisão por alunos de pós-graduação e docentes.

Propõe-se que a interação entre os alunos ocorra de maneira efetiva por meio de troca de experiências. Ainda, os alunos da pós-graduação são estimulados a auxiliar na orientação dos graduandos (de acordo com a metodologia proposta), sob supervisão dos professores orientadores do Projeto.

3. Integração de diferentes áreas do conhecimento: a articulação de atividades de ensino, pesquisa e extensão favorece a experiência de trabalho com equipes interdisciplinares.

A realização das oficinas consiste numa práxis que possibilita integrar extensão (na oferta de espaços horizontais de informação e acesso à direitos a partir da orientação sobre políticas públicas); ensino (no que tange a formação interdisciplinar de estudantes de graduação e pós-graduação, consolidando a estratégia pedagógica de aprendizagem teórico-prática) e de pesquisa (a partir do registro sistemático das oficinas, das experiências relatadas nas turmas e nas análises tecidas a partir desses registros e do diálogo com a literatura).

O projeto contribui para o fortalecimento da integração entre discentes da graduação e pós-graduação e docentes da Escola de Enfermagem da UFMG e a equipe assistencial e interdisciplinar do HMOB, construindo práticas de cuidado integral, seguro e qualificado aos usuários.

4. Integração com atividades de ensino: os(as) estudantes participam ativamente do desenvolvimento de disciplinas tanto de graduação quanto de pós-graduação.

O bolsista de PG trabalhará em conjunto com o estudante de graduação no desenvolvimento das atividades didáticas e planejamento e execução das oficinas. O estudante de graduação auxiliará os membros da equipe trazendo sua experiência nas disciplinas de graduação e na formatação das oficinas.

Contribuir no desenvolvimento das disciplinas de Laboratórios, em especial com a organização de materiais didáticos e a interlocução dos alunos com os gestores parceiros.

Todos os trabalhos serão desenvolvidos concomitantemente com as aulas práticas das disciplinas de graduação (parasitologia e Cria de Ruminantes) e mestrado (Ecologia Microbiana e Controle de Parasitos) e com três alunos de pós-graduação do ICA/UFGM.

Ressalta-se que esse projeto de extensão é articulado com ensino na disciplina de enfermagem da criança e adolescente e pesquisas realizadas nessa temática com inclusão de alunos de graduação e pós-graduação.

5. Produção de conhecimento e pesquisa: envolvimento articulado da extensão com a pesquisa. Realização de TCCs, dissertações e teses relacionadas ao projeto de extensão.

Fomentar a integração entre estudantes de graduação e pós-graduação para o desenvolvimento de estratégias de compartilhamento de pesquisa que promovam trocas de experiências e produzam articulações entre projetos de TCC, Dissertação e Tese.

Desenvolvimento de pesquisas em conjunto: participação de alunos de graduação em pesquisas desenvolvidas na pós-graduação e vice-versa.

O trabalho colaborativo entre graduandos e pós-graduandos, princípio deste projeto, visa aproximar graduandos da realidade da pesquisa e da formação continuada de professores e pós-graduandos das demandas formativas dos atuais licenciandos.

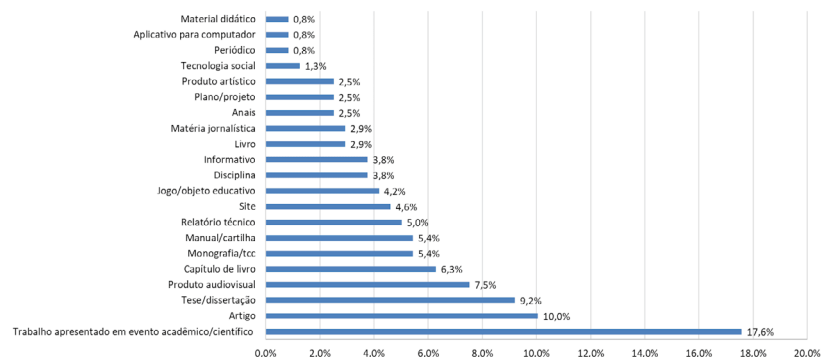
A realização deste projeto em interface com a pesquisa tem permitido um grande enriquecimento para a formação de toda a equipe e uma importante contribuição para a produção de conhecimento e divulgação do mesmo, o que tem sido recorrentemente reconhecido pelos programas de pós-graduação ao qual os estudantes estão vinculados, assim como pelas agências de fomento que financiam projetos de pesquisa em interface com a extensão.

As contribuições elencadas e demonstradas são consonantes aquelas já identificadas na literatura e discutidas neste trabalho. Tal como apontado por Cappelle, et al., (2017); Deus (2020), Oliveira (2024), Moita e Andrade (2009) e Silveira e Ferreira (2024), elas evidenciam e reafirmam o potencial pedagógico da integração da graduação e pós-graduação na extensão, de novos processos ou relações de ensino e aprendizagem entre os estudantes e professores, bem como de articulação teórico-prática junto à realidade social, da atuação em grupo e interdisciplinar e para a produção de conhecimento. Portanto, a articulação da extensão com a graduação e a pós-graduação, ao mesmo tempo que envolve e engaja os estudantes com as questões sociais relevantes, enriquece a formação universitária e potencializa a produção acadêmica, o que no último caso, se mostrou bastante diversa no âmbito do Edital em análise.

Produção Acadêmica

As propostas contempladas no Edital FORMEX PG que declararam vínculo com políticas públicas realizaram uma ampla diversidade de produções (239) (Gráfico 5). Os produtos mais frequentes são os trabalhos apresentados em eventos acadêmicos ou científicos (17,6%), seguidos por artigos (10,0%) e teses e dissertações (9,2%), demonstrando uma forte articulação com a pesquisa e pós-graduação. Também se destacam os produtos audiovisuais (7,5%), capítulos de livro (6,3%), monografias ou TCC e manuais/cartilhas (ambos com 5,4%).

Gráfico 5 – Distribuição da frequência de produtos extensionistas elaborados no âmbito do Edital FORMEX PG (2020-2024)¹⁰



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sistema de Fomento de Bolsas da UFMG.

10 O gráfico representa a frequência de ocorrência das produções, ou seja, quantas vezes cada uma foi registrada, e não o seu quantitativo total.

Outras produções incluem relatórios técnicos (5,0%), sites (4,6%), jogos ou objetos educativos (4,2%) e disciplinas (3,8%), reforçando o caráter inovador e pedagógico das ações. Além disso, foram desenvolvidos informativos, livros, matérias jornalísticas, planos e projetos, produtos artísticos e tecnologias sociais, demonstrando a diversidade e o impacto das iniciativas no âmbito acadêmico e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da experiência da Pró-Reitoria de Extensão da UFMG com o Edital FORMEX PG, no período de 2020 a 2024, evidencia a importância da articulação entre extensão e pós-graduação na universidade. Ao longo desses anos, foram observados avanços na institucionalização da extensão como componente formativo tanto da graduação quanto da pós-graduação, gerando impactos na formação acadêmico-profissional dos(as) estudantes, na produção de conhecimento e na contribuição para o fortalecimento de políticas públicas.

Destaca-se a expressiva participação dos Programas de Pós-Graduação ao longo dos anos, acompanhada pela diversidade de áreas temáticas e de parcerias firmadas com setores governamentais e da sociedade. Essa pluralidade evidencia o potencial da extensão universitária quando articulada ao ensino e à pesquisa, em sintonia com diretrizes nacionais e institucionais, como o Programa PROEXT-PG, lançado pelo MEC em 2023, e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFMG para o período de 2024–2029.

Além disso, percebemos que as ações de extensão contempladas pelo Edital FORMEX PG têm se consolidado como espaços privilegiados de formação, destacando-se pela articulação entre estudantes de graduação e pós-graduação e pela vinculação com políticas públicas. A diversidade de produtos extensionistas gerados ao longo das edições também confirma a potência dessas iniciativas, que ultrapassam os limites da universidade e contribuem para a democratização do conhecimento.

Em síntese, os resultados apresentados indicam que o Edital FORMEX PG tem se configurado como uma estratégia eficaz para fortalecer a presença da extensão na pós-graduação, ampliando sua inserção social e reafirmando o papel da universidade pública na promoção de uma formação cidadã, crítica e voltada à transformação da realidade. Diante disso, torna-se essencial assegurar a continuidade

do edital, com políticas de financiamento que garantam a sustentabilidade e a ampliação das ações extensionistas no âmbito da pós-graduação.

As implicações deste estudo apontam para a relevância de políticas institucionais que incentivem e consolidem a presença da extensão na pós-graduação, não apenas como espaço de formação, mas também como vetor de transformação social. A análise realizada pode contribuir para o aprimoramento de editais semelhantes em outras instituições de ensino superior, oferecendo subsídios para a construção de práticas acadêmicas mais integradas e socialmente referenciadas. Finalmente, sugerimos a necessidade de aprofundar as investigações sobre os impactos da extensão na trajetória acadêmica e profissional dos(as) estudantes e no desenvolvimento de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O planejamento de pesquisas qualitativas. In: _____. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira Thomson, 1999.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2000.

BOUFLEUER, J. P. Inserção social como quesito de avaliação da pós-graduação. *Revista Educação Pública*, Cuiabá, v. 18, n. 37, p. 371–382, 2009.

Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/488/418>. Acesso em: 06/02/2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018*. Estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 49–50, 19 dez. 2018.

CARVALHO, D. B. B.; STAMPA, I.; SANTANA, J. V. Inserção social nos programas de pós-graduação na área de Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 139, p. 415–426, 2020.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/RKkdsjwJ9yPRTxL4KJWF56z/>. Acesso em: 06/02/2025.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES); SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (SESu). *Portaria Conjunta nº 1, de 8 de novembro de 2023*. Dispõe sobre o Programa de Extensão Universitária da Pós-Graduação (PROEXTPG). Brasília, DF: MEC, 2023.

CAPPELLE, V., NONATO, S. P., OLIVEIRA, N. F. C., & NARCIZO, E. A. (2017). *Contribuições da Extensão Universitária para a Formação: uma análise a partir do olhar dos/as estudantes*. III Congresso de Inovação e Metodologias no Ensino Superior, Belo Horizonte, MG, 2017.

DEUS, S. de. A extensão universitária: contribuições para a formação de estudantes de graduação. In: DEUS, S. de (org.). *Extensão universitária: trajetórias e desafios*. Santa Maria: Ed. PRE-UFSM, 2020. p. 33–44.

DIAS SOBRINHO, J. Campo e caminhos da avaliação: a avaliação da educação superior no Brasil. In: FREITAS, L. C. de (org.). *Avaliação: construindo o campo e a crítica*. Florianópolis: Insular, 2002. p. 13–62.

DINIZ, F. P. *A extensão universitária como instrumento de política pública*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

FERNANDES, F. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2020.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Ilhéus: Editus, 2001.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). *Política Nacional de Extensão Universitária*. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2012.

LEHER, R. *Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LEHER, R.; SANTOS, M. R. S. dos. Geoeconomia política do conhecimento e os desafios para a internacionalização da pós-graduação. *Argumentum*, Vitória, v. 15, n. 2, p. 8–21, 2023.

LEHER, R.; SILVA, S. A universidade sob céu de chumbo: a heteronomia instituída pela ditadura empresarial-militar. *Universidade e Sociedade*, Brasília, v. 23, n. 54, p. 6–17, 2014.

LEONÍDIO, L. F. S. *História do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras – FORPROEX (1987–2012)*. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

MAUÉS, O. C.; MOTA JÚNIOR, W. P. A nova regulação educacional e o trabalho docente na pós-graduação brasileira. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 17, n. 33, p. 385–402, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). *Portaria nº 1.350, de 14 de dezembro de 2018*. Parecer CNE/CES nº 608/2018: Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 34, 17 dez. 2018.

MOITA, F. M. G. S. C.; ANDRADE, F. C. B. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 269–280, maio/ago. 2009.

NOGUEIRA, M. D. P. *Políticas de extensão universitária*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

NOGUEIRA, M. D. P. *Políticas de extensão universitária brasileira: 1975–1999*. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

OLIVEIRA, N. F. C.; SANTOS, M. R. S. dos. Extensão Universitária: Curricularização e avaliação institucional. *Interfaces – Revista de Extensão da UFMG*, Belo Horizonte, v. 12, p. 1–22, elocation ID 51397, 2024.

OLIVEIRA, L. M. R.; OLIVEIRA, N. F. C.; SANTOS, M. R. S. dos. Políticas de extensão e de internacionalização na universidade heterônoma. In: OLIVEIRA, R. F.; TEIXEIRA, G. V.; GOMES, H. S. O. (org.). *Política e administração de sistemas educacionais: gestão e papel das instituições*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2021. p. 443–463.

PAULA, J. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. *Interfaces – Revista de Extensão da UFMG*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 5–23, 2013.

PIMENTEL, G. A. *Universidade e políticas de extensão no Brasil do governo Lula: período de 2003 a 2010*. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO (UFMG); DIRETORIA DE FOMENTO E AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO. *Documento síntese do 2º ciclo avaliativo do perfil das ações de extensão na UFMG (2017–2019)*. Belo Horizonte, 2022.

Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/wp-content/uploads/2023/09/Documento-sintese-2o-Ciclo_final.pdf. Acesso em: 15/03/2025.

SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. R. *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtividade acadêmica*. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVEIRA, H. E.; FERREIRA, O. A. Extensão na pós-graduação: avanços necessários para o desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil. *Em Extensão*, Uberlândia, v. 23, n. 1, p. 1–22, 2024.

THIENGO, L. C.; BIANCHETTI, L.; DE MARI, C. L. A obsessão pela excelência: universidades de classe mundial no Brasil? *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas, v. 4, n. 3, p. 716–745, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Resolução CEPE nº 12/2015, de 22 de setembro de 2015*. Cria e regulamenta a Formação em Extensão Universitária na UFMG. Belo Horizonte, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Minas Gerais – PDI 2019–2023*. Belo Horizonte, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Resolução CEPE nº 10/2019, de 10 de outubro de 2019*. Estabelece diretrizes curriculares para a integralização de atividades acadêmicas curriculares de Formação em Extensão Universitária nos cursos de graduação da UFMG. Belo Horizonte, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Minas Gerais – PDI 2024–2029*. Belo Horizonte, 2024

♦ VOL. 14, 2026, ISSN:2318-2326. PUBLICAÇÃO CONTÍNUA.

Todos os textos publicados na Interfaces – Revista de Extensão da UFMG são regidos por licença Creative Commons CC By.

A Interfaces convida pesquisadoras e pesquisadores envolvidos em pesquisas, projetos e ações extensionistas a submeterem artigos e relatos de experiência para os próximos números.

Os textos deverão ser enviados através do nosso endereço na web. No site estão disponíveis as normas para publicação e outras informações sobre o projeto. Vale ressaltar que os autores poderão acompanhar todo o processo de submissão do material enviado através desse site e que o recebimento de submissões possui fluxo contínuo.

www.ufmg.br/revistainterfaces

Contato: revistainterfaces@proex.ufmg.br

